

<http://dx.doi.org/10.14393/REPRIM.issn.2526-2106.v2n4a2017-02>

Maquiavel e a importância da fortuna no agir político

Everton Aparecido Moreira de Souza*

Resumo: Este artigo tem o propósito de analisar qual é o lugar da fortuna no pensamento político de Nicolau Maquiavel. Veremos como é fundamental àquele que aspira a vida política, sob o prisma maquiavélico, não só ter a *virtù* (capacidade de ação), mas também saber trabalhar com os momentos, circunstâncias e contingências, isto é, a fortuna. Conjugação, então, *virtù* e fortuna é a chave para o êxito político.

Palavras-chave: *Virtù*. Fortuna. Política. César Bórgia. Governo.

Maquiavel and the importance of fortune in political action

Abstract: This article aims to analyze the place of fortune in Nicolau Machiavelli's political thinking. We will see how fundamental it is to those who aspire to political life, under the Machiavellian prism, not only to have the *virtù* (capacity for action), but also to know how to work with moments, circumstances and contingencies, that is, fortune. Then, conjugation of *virtù* and fortune is the key to political success.

Keywords: *Virtù*. Fortune. Politics. Cesar Borgia. Government.

Introdução

O grande desafio que se coloca diante do pensamento político de Nicolau Maquiavel é o seguinte: um príncipe, para ter sucesso na arte do governo, deve ter a *virtù*; contudo, não basta ter esse atributo, é fundamental contar com a *fortuna*. Nesse sentido, qual é o momento certo de saber quando a *fortuna* está ou não a favor? Há algum sinal? Como reconhecer que o momento da ação é o que se coloca em determinado tempo histórico? É diante dessa questão que o presente artigo se desdobrará.

A *fortuna* pode ser vista como algo paradoxal. Mas por quê? Pelo fato de que ela pode tanto ser a responsável pela apoteose de um governante, como pode ser também, logo depois, o seu motivo de derrocada. Cumpre então àquele que se encarrega da arte do governo o estudo da história dos homens e de suas ações. Ora, um meticuloso político, se tiver consigo o zelo pelo estudo da história poderá ter bases teóricas de em que circunstâncias os grandes acertaram em suas ações e em que momento erraram. Dizendo em outras palavras, quando se soube e quando não se soube trabalhar com a *fortuna*.

* Licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas (2011), Licenciado em Sociologia pelo UNAR (2017), especialista em Ensino de História, mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Marisa Bittar. E-mail: everton3729@hotmail.com.

O entendimento de Maquiavel, como veremos mais detalhadamente adiante, é algo totalmente revolucionário se levarmos em conta o seu contexto histórico. E que contexto seria esse? É uma Itália totalmente desfragmentada, desunida, cada reino preocupado com si. Não há uma figura política, nessa situação, com *virtù* suficiente para unificar esses reinos e transformá-los assim numa potência homogênea. Além dessa situação política, temos que considerar o fato de estarmos diante de um período de transição brutal histórica, saber: a Idade Média está prestes a ser sucedida pela Modernidade. Mas essa mudança ainda não se concretizou totalmente. Resumidamente, o Renascimento Cultural ainda está em curso, os iluministas¹ não são ainda nem embriões, os burgueses estão no início de suas atividades comerciais, a Igreja Católica, periclitante devido às reformas protestantes², ainda tem um proeminente papel de controle na sociedade. Eis o grande ponto, a questão nevrálgica: a Igreja Católica.

A Igreja, sobretudo na era medieval, tinha, graças ao sistema feudal, o controle do pensamento de um esmagador número de pessoas. Os homens e mulheres dessa época viviam sob a égide e sob a tutela moral da Igreja. Com efeito, a Igreja mostrava ao povo fiel que existia um Deus criador e mantenedor do Universo. Nada podia acontecer que não fosse a vontade dele. Os homens deveriam então tentar entender quais seriam os desígnios divinos para desse modo poderem se orientar por eles. Num universo que é, segundo esse pensamento eclesiástico, totalmente controlado por um ser divino, cabe a pergunta: há espaço para a liberdade humana?

Com efeito, é essa pergunta que move Nicolau Maquiavel. Numa atmosfera que respira Deus e que nada pode acontecer sem a permissão dele, há espaço para a *virtù* dos atores políticos? Ou ainda: caso os homens queiram fazer política de acordo com as suas normas, sem seguir as de Deus e da Igreja, é possível conciliar a *virtù* com a *fortuna*? Afirmar que sim é o mesmo que blasfemar contra a onipotência de Deus; dizer que não é deixar a política à mercê dos orientadores espirituais, isto é, da Igreja. Maquiavel prefere ser revolucionário e rompe com essa visão até então vigente.

¹ Tais como John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783).

² Dois dos principais movimentos reformistas foram: a de Lutero, luteranismo, (1517) e o do rei Henrique VIII, anglicanismo, (1534).

Enfim, estamos diante de uma análise que é revolucionária. Assim, os modelos utilizados por Maquiavel para esse tipo de estudo são o de César Bórgia³ e do papa Julio II⁴. O primeiro, embora repleto de *virtù*, fora esmagado tortuosamente pela *fortuna*; já o segundo, não com tanta *virtù* assim, soube trabalhar com as contingências. Maquiavel conviveu com Bórgia e pôde ver de perto suas ações que lhe levaram às glórias e do mesmo modo os seus erros que lhe impuseram o fracasso. Já o papa Julio II, contemporâneo de Maquiavel, foi um papa que não se ateuve ao espiritual. Ao contrário, cuidou dos assuntos políticos, não se ateuve somente à Cidade de Deus e quis também perscrutar os segredos das Cidades dos Homens. Diante disso, fica-nos uma certeza: é importantíssimo saber lidar e trabalhar com a *fortuna*.

1. A importância da *fortuna* no agir político

César Bórgia foi uma pessoa que inspirou estupendamente o pensamento político de Maquiavel. Com efeito, o duque Valentino⁵, ao agir com enorme *virtù*, impactou nosso filósofo de forma inaudita. Ora, a derrocada de Bórgia foi tão impactante quanto à sua ascensão. E um dos fatores para essa derrota é atribuído à *fortuna*.

Nesse sentido, a *fortuna* aparece em todas as obras principais de Maquiavel e, com base nesta informação, nunca pode ser desvinculada da sua análise política. Talvez estejamos diante de um dos temas mais difíceis e tortuosos de ser entendidos no pensamento de Maquiavel.

Não obstante, a *fortuna* constitui seguramente a ameaça mais séria à ação política racional. Com isso em mente, Maquiavel escreve o capítulo XXV de *O Príncipe* com o intuito de mostrar-nos uma saída diante da impetuosidade da *fortuna*. É, pois, muito enriquecedor transcrever o início desse capítulo para melhor analisarmos o conceito de fortuna. Eis o que ele nos ensina:

Não ignoro que muitos foram e são de opinião de que as coisas do mundo são governadas de tal modo pela fortuna e por Deus que os homens não podem corrigi-

³ De acordo com Sabatini (2001), César Bórgia (1475 – 1507) foi um cardeal da Igreja Católica. Era filho de Rodrigo Bórgia, eleito sob o nome de Papa Alexandre VI em 1492. Nicolau Maquiavel, ao pensar no modelo de governante, tem em sua mente constantemente o nome de César Bórgia, dada a sua cruza e capacidade de ação, que prescindia da ética e da moral.

⁴ De acordo com o site do Vaticano (2018), Giuliano della Rovere, mais conhecido como papa Júlio II foi o 216º papa da Igreja Católica. Foi contemporâneo de Maquiavel e muitas de suas ações (principalmente no tocante à sua relação conflituosa com César Bórgia), enquanto governante da Igreja, serviram de análise e base para Maquiavel.

⁵ “Duque Valentino” é a forma como Maquiavel se refere a César Bórgia em suas obras.

las com a prudência, e até não têm remédio algum contra elas. Por isso, poder-se-ia julgar que não devemos incomodar-nos demais com as coisas, mas deixar-nos governar à sorte (MAQUIAVEL, 2010, p. 121).

Nota-se, claramente, que Maquiavel está fazendo menção à determinadas tradições que elaboraram uns pensamentos nos quais a *fortuna* ocupava um lugar de muito respeito e destaque. Talvez um dos alvos dessa crítica seja Boécio⁶. É com o seu pensamento que a *fortuna* passa a ser considerada como uma deusa que não pode de maneira alguma ser influenciada. Skinner (2010, p. 40) resume bem o pensamento de Boécio acerca da *fortuna*: “Já não é vista como uma amiga em potencial, mas simplesmente como uma força impiedosa; seu símbolo deixa de ser a cornucópia e passa a ser a roda, que gira inexoravelmente como as mudanças da maré”.

Com efeito, esse trecho acima que acabamos de comentar, fala da *fortuna* como uma deusa não influenciável. Maquiavel, além de fazer referência sobre certas tradições que escreveram sobre o tema, cita que alguns fatos corroboraram para essa visão da *fortuna* como um ser onipotente. Vejamos o que Maquiavel diz a esse respeito: “Essa opinião tem recebido mais crédito em nossos tempos devido às grandes variações das coisas que foram e são vistas todos os dias, além de qualquer conjectura humana” (MAQUIAVEL, 2010, p. 121).

Segundo Ridolfi (2003), a Itália, na época de Maquiavel, não vivia seus melhores momentos políticos. Além disso, Florença, cidade natal do nosso filósofo, passara por inúmeras crises desde a morte de Cosimo de Médici⁷ em 1464. Desses maus momentos da política florentina, podemos fazer referência a dois exemplos que muito corroboraram para o engrandecimento do conceito de *fortuna*, enquanto deusa insubordinável.

Em primeiro lugar, após a morte de Lourenço, em 1492, não havia possibilidade de impedir a oposição aos Médici no poder de Florença. Nesse sentido, quando o rei Carlos VIII

⁶ De acordo com Silva (2017, p. 12), Boécio “Considerado por alguns historiadores da filosofia como ‘o último dos romanos e o primeiro dos escolásticos’ Anísio Mânulo Severino Boécio nasceu em Roma em meadas de 480. Em 510 foi nomeado cônsul, exercendo cargo de direção geral dos serviços da corte e do Estado do rei Ostrogodo Teodorico. Foi acusado pelo líder do partido filogótico Cipriano de ter tramado a restauração da autoridade do Imperador em prejuízo de Teodorico. Boécio foi preso, torturado e morto por ordem do Imperador. Foi justicado no inverno de 524 ao norte de Pávia”.

⁷ Cosimo de Médici (1389-1464), segundo Ross (1910), foi o filho mais notável Giovanni di Bicci de Médici. Representou a família em vários importantes negócios. Elevou o seu poder político, após a morte do pai, e consolidou a família como uma das mais poderosas e influentes de sua época. Além de poderoso, é retratado como sendo uma pessoa bastante humanística e que sempre ajudava aos cidadãos florentinos.

passou por Florença, indo em direção ao sul, Piero de Médici⁸ reagiu de maneira desastrada e isso acarretou-lhe um exílio e uma grande crise política.

Em segundo lugar, com a ascensão de Piero Soderini em 1502, a cidade de Florença consegue estabilizar-se politicamente e vive, relativamente, um período de paz. Entretanto, em 1512, sob o comando de Maquiavel, a milícia florentina tem o seu primeiro desafio. “No primeiro confronto efetivo com as tropas espanholas, a ‘não-tão-corajosa’ milícia florentina bateu em retirada em lastimável fuga” (ARANHA, 1993, p. 37). Ora, uma catástrofe como essa não poderia terminar sem danos maiores. Exatamente por isso, “o incidente, aliado a outros tantos, provocou a queda de Soderini e a restauração dos Médici no poder” (ARANHA, 1993, p. 37).

Se levarmos em conta esse contexto de frustrações políticas do povo florentino, fica muito mais claro entender porque a mentalidade dele é totalmente negativa quando se trata da *fortuna*. Não obstante, segundo muitos, a *fortuna* é a grande responsável por todos esses incidentes. Acreditava-se, como um senso comum, que diante da vontade onipotente da *fortuna* nada podia o miserável homem. Evidentemente que tal pensamento sobre a *fortuna* fora endossado na crença da existência de um Deus que era onisciente, onipresente e onipotente.

Contudo, devemos colocar aqui a seguinte questão: o fracasso de Soderini e de Piero de Médici deu-se mais à ausência de *virtù* ou ao fato não saberem lidar com a *fortuna*? Temos aqui uma problemática que daria para ser bem explorada. Na visão de Maquiavel e do povo da época a resposta é que a *fortuna* fora impiedosa, ou seja, ambos não souberam dançar a dança que a *fortuna* lhes propunha.

Com efeito, diante disso tudo, o próprio Maquiavel encontra-se confuso sobre a onipotência da *fortuna*. E essa reticência do secretário florentino pode ser notada na seguinte frase: “Pensando nisso, às vezes me sinto um tanto inclinado a essa opinião” (MAQUIAVEL, 2010, p. 121). Mas que opinião é essa? É a de que “as coisas do mundo são governadas de tal modo pela fortuna e por Deus” (MAQUIAVEL, 2010, p. 121). Apenas para constar e tornar mais fácil a nossa compreensão sobre esse momento pessimista do nosso autor, isso que acabamos de citar foi escrito por volta de 1513. Um pouco antes de elaborar essas ideias e

⁸ Segundo Ross (1910), Piero de Cosimo de Médici (1416-1469), que era filho de Cosimo de Médici, é retratado como um grande desafortunado. Seu governo ficou marcado por ter sido alvo de uma tentativa de golpe de estado, golpe esse que fora fracassado.

colocá-las no papel, nosso filósofo passou por uma experiência pessoal muito desgostosa. Com a volta dos Médici ao poder e com a descoberta de um complô contra os mesmos, Maquiavel perde o seu cargo político e é indiciado como um dos conspiradores. O resultado é que Maquiavel foi preso, torturado e humilhado.

Em resumo, não é somente a opinião do povo que afeta Maquiavel acerca do papel da *fortuna*, sua experiência sôfrega de vida também é preponderante para essa formulação negativa. E isso é um traço característico dos filósofos de todos os tempos. Eles escrevem suas teorias sempre tendo como base aquilo que estão vivenciando.

Entrementes, diante desse quadro pessimista em relação à *fortuna*, uma luz aparece no fim do túnel. No mesmo parágrafo em que Maquiavel se mostra aparentemente prostrado diante da *fortuna* ele assinala: “Entretanto, para que nosso livre-arbítrio não seja eliminado, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe a governo a outra metade, ou quase.” (MAQUIAVEL, 2010, p. 121). Já podemos notar uma considerável evolução no pensamento de Maquiavel. Da aparente impotência humana diante da avassaladora *fortuna*, a esperança reaparece: não somos totalmente controlados pela *fortuna*! Ainda resta-nos metade do livre-arbítrio.

Nesse sentido, com essa grande evolução de pensamento, surge a necessidade de discutir até que ponto a *fortuna* pode chegar e como o homem pode lidar com a sua impetuosidade. Com essa intenção, Maquiavel preocupa-se em redefinir o conceito de *fortuna*. Esse trabalho do nosso filósofo é fundamental, pois é somente diante da debilidade da *fortuna* que a ação política pode, de fato, ser perpetrada. De outra forma, o que adianta uma elevada *virtù* diante da onipotência da *fortuna*? Eis a definição que Maquiavel faz da *fortuna*:

Comparo a fortuna a um desses rios impetuosos que, quando se iram, alagam as planícies, derrubam as árvores e as casas, arrastam as terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, todos cedem a seu ímpeto sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, quando os tempos estão calmos, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou os rios fluam por um canal, ou seu ímpeto não seria tão licencioso nem tão danoso. O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra sua potência onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe, e volta seu ímpeto para onde não foram erguidos diques nem barreiras para contê-la. Se considerardes a Itália, que é sede dessas variações, vereis que ela é um campo sem diques nem defesa; caso ela fosse defendida por uma *virtù* apropriada como a Alemanha, a Espanha e a França, ou essa cheia não teria causado as grandes variações que ocorrem, ou estas nem sequer teriam acontecido (MAQUIAVEL, 2010, p. 121-122).

Nessa instrução de Maquiavel, dois pontos merecem uma análise.

Em primeiro lugar, fica-nos evidente que não existe possibilidade de controlar a *fortuna*. Entretanto, é possível precaver-se contra os estragos dela. Maquiavel lança mão de figuras de linguagem – construir barreiras de diques – para exemplificar como seriam as providências para se tomar diante da *fortuna*. Evidentemente, a ação preventiva contra a *fortuna* não se trata de uma ou duas medidas contra os efeitos da natureza. É necessário pensar além desses exemplos e meditar sobre a arte da guerra.

A *fortuna*, explicando de modo didático, nada mais é do que as contingências que cercam a vida humana. Embora pessoalmente seja possível garantir que as próprias ações sejam sempre embasadas na *virtù*, com a *fortuna* não é do mesmo jeito. Há inúmeras coisas que acontecem na sociedade que fogem da alçada do homem. São esses fatores imprevisíveis, terremotos, doenças, seca, chuva em demasia, uma guerra inesperada etc., que desafiam o ator político de *virtù*. Segue-se então que a arte do governo não é tarefa simples. Pode-se adquirir o título de príncipe pelo sangue, mas a habilidade de governar, isto é, de saber trabalhar com a *fortuna*, e a presteza no agir, a *virtù*, são dois fatores essenciais que devem ser conquistados, raros são os casos em que eles são inatos.

Em segundo lugar, mesmo com tudo preparado para os tempos adversos, a *virtù* do comandante é indispensável para o êxito da empreitada contra a *fortuna*, pois um príncipe que não sabe variar de acordo com os tempos e agir de acordo com a necessidade não é bom para o governo de um principado (MAQUIAVEL, 2010, p. 121). Ora, o próprio Maquiavel nos afirma que a *fortuna* age onde a *virtù* é desordenada. Em outras palavras, não basta apenas ter a perspicácia de entender a dança da fortuna, é extremamente fundamental que a *virtù* sempre, e somente ela, norteie as ações do governante.

Nesse sentido, com o pressuposto da *virtù*, elevada como meio de controle da *fortuna*, Maquiavel retoma uns elementos da tradição para aprimorar a sua visão entre a *virtù* e a *fortuna*. Dessa maneira, segundo De Grazia (1993, p. 223) “na tradição romana, se a fortuna tem um sexo, é o feminino”. Consciente dessa acepção da *fortuna*, o secretário florentino afirma:

Estou convencido disso: é melhor ser impetuoso do que cauteloso, porque a fortuna é mulher, e é necessário, para submetê-la, bater nela e maltratá-la. Vê-se que ela se deixa vencer mais pelos que agem assim do que pelos que agem friamente; e, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos cautelosos, mais ferozes e a comandam com maior audácia (MAQUIAVEL, 2010 p. 125).

Ao ler esse trecho de Maquiavel podemos pensar o seguinte: se a *fortuna* é mulher, a *virtù* é a essência da masculinidade. Além de derivar do vir – homem – e de estar associada a todas as qualidades viris (razão, prudência, habilidade militar, coragem) um de seus significados é a potência ou proeza sexual masculina. Nesse sentido, ao colocar a análise em termos de contraposição dos sexos, um argumento vem bem à calhar:

Com a fortuna = mulher é diferente. Para os homens, ela não é forçada; ela não é objeto de amor. Ela é um obstáculo à ação política prudente que se submeterá, creem os homens, à sua superioridade física. Na verdade, ela não é forçada; ela não tem de se submeter. Ao contrário dos homens, ela se deixa vencer, porque gosta de apanhar. Os jovens, ao tratá-la e dominá-la ‘com mais audácia’, praticam atos que logram o resultado desejado. Mas eles não a subjugam. Por vias tortuosas, ela se dobra (DE GRAZIA, 1993, p. 226).

Na mesma linha de raciocínio, Sadek é clara e enfática

Assim, após admitir o império absoluto da Fortuna, reserva poucas linhas a seguir, ao livre-arbítrio pelo menos o domínio da metade das ações humanas. E termina o capítulo demonstrando a possibilidade da *Virtù* conquistar a Fortuna. Assim, Maquiavel monta um cenário no qual a liberdade do homem é capaz de amortecer o suposto poder incontestável da Fortuna. Ou melhor dizendo, ao se indagar sobre a possibilidade de se fazer uma aliança com a Fortuna, esta não é mais um a força impiedosa, mas uma deusa boa, tal como era simbolizada pelos antigos. Ele é mulher, deseja ser seduzida e está sempre pronta a entregar-se aos homens bravos, corajosos, aqueles que demonstram ter *Virtù* (SADEK, 1993, p. 22).

Ao lermos a comparação de Maquiavel acerca da fortuna com a mulher não podemos deixar de registrar o tom machista dele. Essa visão de Maquiavel deixa-nos claro que para ele a lógica das ações humanas deve sempre ter a força bruta como substrato. Em outras palavras, nas sublinhas da filosofia política de Maquiavel reina sempre a ideia de que o mundo pertence aos mais fortes. E por forte aqui pode-se tanto querer significar no aspecto físico bem como no sentido de ser arguto. Ora, essa prevalência da força, em seus mais variados aspectos, não seria a *virtù* que ele tanto defende como sendo imprescindível ao ator político? Sobre a conotação machista de Maquiavel ao falar da relação *virtù*/fortuna, pode-se induzir desse pensamento que a sua intenção ao se expressar nestes termos fortes nada mais é do que uma tentativa de autoafirmação diante de uma força que até então beirava o mitológico e diversas vezes confundia-se com o divino cristão.

Já definimos, segundo a concepção de Maquiavel, o que é a *fortuna* e como trabalhar com ela na contingência da ação política. Vamos, pois, agora ver alguns exemplos de pessoas que lidaram com a *fortuna*, para percebermos quais foram os seus resultados. Depois disso, faremos um paralelo entre aquele que soube e o que não soube lidar com a *fortuna*. Essa

comparação é fundamental para que, após esse longo trajeto de análise sobre a *fortuna*, possamos ter clareza da importância de se saber trabalhar com a *fortuna* e do êxito que isso pode trazer.

A primeira pessoa que analisaremos será o duque César Bórgia, que é o nosso exemplo de como não se deve trabalhar com a *fortuna*. Ele é o paradigma de príncipe, quanto o assunto é exercer a verdadeira *virtù* maquiavélica em supremo grau. Em “*Descrição do modo de que se serviu o duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o duque de Gravina Orsini*”, Maquiavel (1973) descreve de forma detalhada o exemplo de crueldade de César Bórgia para com Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini. Essa situação em que Bórgia agira com extrema *virtù* foi analisada por Souza (2016). Com efeito, a atitude de Bórgia, se analisada do ponto de vista moral e ético, está errada nas duas esferas. No entanto, sob a ótica do conceito de *virtù* maquiavélico, era fundamental que naquela situação a ação fosse bárbara e sangrenta. E foi graças a essa “sutileza” política de Bórgia que ele conseguiu seus pretendidos fins. Faz-se presente aqui a máxima popular atribuída a Maquiavel: “os fins justificam os meios”. Com efeito, a essência da *virtù* é justamente a de não ser atrelada a nenhum padrão moral. A *virtù* é apanágio do jogo político e seus atores devem saber usá-la para que possam alcançar seus propósitos.

César Bórgia, durante sua vida de conquistas, a própria *virtù* e a *fortuna*, advinda do pai, fizeram com que empreendesse uma série de êxitos. Contudo, a mesma *fortuna* que o ajudou, abandonou-o quando mais precisava.

Ora, com a morte de seu pai, Alexandre VI, era necessário que não ascendesse ao papado nenhum de seus inimigos bispos. Contudo, segundo Maquiavel, o duque confiou demasiadamente na *fortuna* e consentiu na eleição do papa Julio II, que mais tarde iria fazer de tudo para afastar a família Bórgia, até mesmo anulá-la. Eis o que Maquiavel nos diz sobre isso: “Jamais deveria ter consentido que ascendessem ao papado cardeais que ele próprio tivesse ofendido ou que, tornando-se papas, pudessem temê-lo (...). O duque errou, portanto, nessa escolha, que foi a causa de sua ruína final” (MAQUIAVEL, 2010, p. 36-37). Com efeito, Julio II que havia prometido muitas coisas ao duque em troca de seu apoio, renegou imediatamente suas promessas. “Não só negou o título e as tropas ao duque, como na verdade mandou prendê-lo e encarcerá-lo no palácio papal” (SKINNER, 2010, p. 29). Ainda nesse mesmo sentido, Maquiavel cravou: “O Duque se deixa andar nessa entusiasmada confiança e crê que as palavras dadas pelos outros sejam mais confiáveis do que tenham sido as suas”

(MAQUIAVEL Apud RIDOLFI, 2003, p. 88). Ou seja, César Bórgia, ao confiar demasiadamente na *fortuna*, palavra de seu inimigo, conheceu sua ruína.

Esse exemplo deixa-nos bem claro que saber lidar com a *fortuna*, isto é, com os acontecimentos, com as contingências, é crucial para se manter no jogo político. A fortuna não admite diante de si pessoas ingênuas. Ela pouco se importa com as intenções humanas. Simplesmente segue as leis naturais. É cega em seu agir. Já o homem consegue não apenas ver com olhos, mas também tem a capacidade de racionalizar as coisas e ainda elaborar estratégias. E é nesse campo estratégico que a *fortuna*, com toda a sua majestade, pode ser controlada e até mesmo domesticada.

Deixemos agora César Bórgia de lado, juntamente com o seu fracasso, e passemos a um outro personagem que causou forte impressão em Maquiavel: o papa Julio II.

Nesse sentido, o papa Julio II é um grande exemplo de pessoa que jamais confiou na palavra ou na sorte de outrem. Ora, “o papa Julio II procedeu em tudo impetuosamente, mas, como sempre encontrou os tempos e as coisas conforme seu modo de proceder, sempre teve êxito” (MAQUIAVEL, 2010, p. 123-124). O seu tempo de pontificado (1503 - 1513) não conheceu nenhum tipo de fracasso. Pelo contrário, ele soube aproveitar dos momentos, com sua *virtù*, para o engrandecimento da Igreja. Foi durante o seu pontificado que o estado pontifício conseguiu tornar-se forte diante das grandes potências da época. Para isso, soube sempre usar de sua habilidade política para fazer e desfazer alianças. César Bórgia, por exemplo, sofreu nas mãos de Julio II e viu de perto do que esse papa era capaz. Maquiavel escreveu a este respeito: “note-se que este Papa começa a honrar seus débitos com muito respeito: anula-os com mata-borrão do tinteiro, mesmo assim suas mãos ainda são apreciadas por todos” (MAQUIAVEL Apud RIDOLFI, 2003, p. 90). Em suma, a Igreja Católica deve muito à ação do papa Julio II. Tanto isso é verídico que Maquiavel fez questão de registrá-lo em seus escritos como um paradigma, um modelo a ser seguido por toda a posteridade.

Ao compararmos César Bórgia com Julio II, podemos concluir que ambos tiveram uma enorme *virtù* (é bem provável que Bórgia possuísse mais que Julio II). Com efeito, o decisivo para o êxito final de Julio II e não o de Bórgia consiste no fato de saber trabalhar com a *fortuna*. Não obstante, um pequeno deslize de Bórgia foi o seu fim, e a constância de Julio II foi a sua coroa de vitória.

Desse modo, quem almeja viver da arte de governar deve possuir dois ingredientes básicos: 1) *virtù* para agir quando necessário e discernimento para entender a hora certa de agir; 2) sabedoria para poder entender as contingências das ações e o melhor modo de se agir em situações adversas, em outras palavras, saber trabalhar com a *fortuna*.

2 . Considerações finais

Não basta, portanto, que se tenha a *virtù* para a ação política. Esse é um grande equívoco das pessoas ao lerem Maquiavel. Muitos têm a impressão de que somente a *virtù* deve bastar para a arte do bom governo. No entanto, é leviano conduzir o raciocínio deste modo. Conjugada à *virtù* deve estar a *fortuna*. Ou seja, partindo do pressuposto que o governante tem a capacidade de agir, a fim de manter o governo, ele deve posteriormente ter a clareza de que cada momento, situação, lhe exigirá uma postura nova.

Grandes homens (Nero, Napoleão e Hitler, por exemplo) que possuíram a *virtù* maquiavélica não obtiveram êxito total em suas empreitadas devido ao fato de não terem sabido trabalhar com a roda da *fortuna*. Tiveram a *virtù* e, por conta disso, conseguiram chegar ao poder, conquistar seus súditos pela arte da manipulação da aparência e até expandir território e angariar riquezas. Todavia, numa dada circunstância, não tiveram a sutileza de fazer a leitura do momento para justamente entenderem o que em determinada situação a *fortuna* lhes pedia.

Não há como estudar o conceito de *fortuna*, elaborado por Maquiavel, e não ver nele um ato extremamente revolucionário. É revolucionário pela seguinte razão: até então pensava-se que Deus estava no controle de tudo, nada poderia acontecer sem sua permissão. Contudo, com essa análise de Maquiavel, fica-nos a impressão de que o ser humano passa a ganhar papel de destaque e protagonismo na história humana. Com a possibilidade de agir com *virtù*, prescindindo assim da moralidade cristã católica vigente, e ainda tendo em vista que é possível ao gênero humano a intervenção nos fatos e nos rumos históricos, um novo homem nasce através da obra “O Príncipe”. Que homem é esse? É um homem que não mais se coloca à margem dos acontecimentos, que fica de escanteio na história; ao contrário, é um homem que ativamente modifica o mundo com o seu agir político. É, nas palavras de Aristóteles (2002), um animal político que, se agir com sabedoria e de acordo com a necessidade e contingência dos fatos, pode perpetuar-se na história humana.

O forte apelo ao antropocentrismo que os renascentistas italianos enfaticamente pregarão adiante, a partir do século XVI, já é brilhantemente e até mesmo exaustivamente trabalhado por Maquiavel no conceito de *virtù* e *fortuna*, sobretudo no que tange a este último.

E é diante dessa possibilidade de ação humana, inaugurada por Maquiavel através da exploração do conceito de *fortuna*, que devemos entender o mundo de hoje. Ou seja, o conceito de *fortuna*, embora cunhado há cerca de cinco séculos, ainda é algo extremamente atual. E o é na medida em que assimilamos que a construção de um mundo justo e melhor depende de nossa ação política. Não mais uma ação fincada na *virtù* maquiavélica, mas uma ação totalmente embasada em valores humanos, tendo como pressupostos a ética e a moral.

Enfim, poderíamos arriscar dizer que a *fortuna* tenta, através das diversas situações, comunicar-se com os homens a fim de norteá-los. Contudo, muitas vezes, esses homens, cegos e ávidos pelo poder que adveio da *virtù* que lhes era natural ou adquirida, ficam cegos em si, em sua onipotência, e acham que se bastam a si mesmos, desprezando desse modo a *fortuna*. O ensinamento de Maquiavel é o seguinte: necessita-se ter *virtù* para agir e a *fortuna* para saber como e quando agir.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: A lógica da Força*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4 ed. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Os Pensadores: Escritos políticos: Descrição do modo de que se serviu o duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o duque de Gravina Orsini*. Trad. de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad. de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 2003.
- ROSS, Janet. *Lives of the early Medici*. Londres: Ghatto & Windus, 1910. Disponível em: <https://warburg.sas.ac.uk/pdf/hnh1815b2480421.pdf>, acessado em 25 de março de 2018.

SABATINI, Rafael. *The Life of Cesare Borgia*. Blackmask Online, 2001. Disponível em: <http://www.public-library.uk/ebooks/54/94.pdf>, acessado em 25 de março de 2018.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem Fortuna, o intelectual sem Virtù. *Os clássicos da política*. Org. Francisco C. Weffort. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, Cristiano Dias da. Boécio e os ataques a Filosofia. *Cadernos Cajuína*, V. 2, N. 2, 2017, p.13 – 17. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/142>, acessado em 25 de março de 2018.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Trad. de Denise Bottmann. Porto Alegre, L&PM, 2010.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. *A política pensada de forma imanente em Maquiavel*. Primordium, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.55-62, 2016. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/primordium>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

VATICANO. Site oficial da Igreja Católica. *A lista de papas da história da Igreja*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/vatican/it/holy-father/giulio-ii.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Data de registro: 06/11/2017

Data de aceite: 19/03/2018